

Teoria, análise crítica e o desafio do pensamento interdisciplinar na confluência de saúde coletiva, ambiente e geografia

Theory, critical analysis, and the challenge of interdisciplinary thought at the crossroads of collective health, the environment, and geography

Lúcia Cony Faria Cidade

Professora associada da Universidade de Brasília, em atuação no Departamento de Geografia, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais.

cony@unb.br



MIRANDA, Ary Carvalho de et al. (Org.). *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 272 p.

No mundo contemporâneo, observa-se um crescente reconhecimento de que processos relativos à combinação sociedade/natureza são complexos e seu tratamento requer abordagens integradas. As análises que envolvem a saúde coletiva compartilham desse cuidado. Essa percepção, que já se fazia sentir nos estudos e práticas pioneiras do Instituto Oswaldo Cruz, frutificou e expandiu-se. O gosto pela interdisciplinaridade e pelo debate crítico também estava presente na década de 1970 no mestrado em Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e particularmente no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – e perdoem os leitores por eventual omissão de outras experiências, por meu desconhecimento.

Ao ser criado, o curso de mestrado do IMS, tendo à frente um grupo interdisciplinar de jovens professores – entre os quais, além de médicos como Hésio Cordeiro, José Carvalho de Noronha, Jurandir Freire Costa e Reinaldo Guimarães, estavam cientistas sociais como Madel Luz e José Luis Fiori –, recebeu notáveis conferencistas de outras áreas do conhecimento, como o filósofo Michel Foucault e o geógrafo David Harvey. Estabeleciam-se, então, naquele âmbito, as bases do que Cordeiro (2004, p.345) qualificou como “utopia de uma interdisciplinaridade”.

É bastante conhecida a interface de estudos de saúde coletiva com o pensamento crítico da filosofia sobre o saber médico, explorada por Foucault. Também frutífera é a aproximação com a geografia contemporânea, que incorpora Harvey e outros teóricos da dinâmica do espaço. Embora vários autores venham buscando resgatar esse percurso, cuja origem histórica envolve concepções que relacionam saúde e ambiente, faltava uma obra teórica, crítica e integradora. Uma significativa contribuição nesse sentido é o livro *Território, ambiente e saúde*.

A obra, organizada por integrantes da Fundação Oswaldo Cruz, reúne autores de instituições brasileiras, latino-americanas e europeias, e tem caráter marcadamente interdisciplinar, a começar pela diversificada formação dos organizadores e dos colaboradores. Além de profissionais de ciências da vida, foram convidados a participar pesquisadores de

áreas variadas como geografia, arquitetura, economia, engenharia, estatística e história, alguns dos quais com pós-graduação também na área de saúde. Comum parece ser a percepção de um contexto em que o mundo globalizado das trocas econômicas, da ciência e da tecnologia encontra-se em uma grave crise social e ambiental. Essa crise, que tende a atingir de maneira mais drástica países e populações pobres, reflete-se de forma particularmente dramática nas condições de saúde da população. Em uma fase de ampla revisão e questionamentos sobre o papel do Estado, a organização de sistemas de saúde também passa por análises críticas, em larga medida internas. Revela-se a necessidade de ultrapassar visões disciplinares para incorporar, na esfera conceitual como na aplicada, perspectivas integradoras.

O livro parte de uma confluência instigante que envolve ambiente e saúde com a mediação do território. Esses temas, cuja trajetória pode ser considerada disciplinar, têm sido chamados a emprestar sua inteligibilidade a processos multifacetados e complexos nas últimas décadas. A obra encontra-se, dessa forma, diante de um triplo desafio: formular uma interpretação teórica coerente das relações entre os temas selecionados; apresentar referências analíticas capazes de reconstruir, de forma crítica, os nexos históricos que condicionam e expressam os processos em questão; e mostrar possibilidades reais de aplicações das perspectivas adotadas.

Para levar à frente sua proposta, o livro divide-se em três partes. A Parte I – Território e Saúde: Dimensões Teóricas e Conceituais, compõe-se de cinco artigos, que buscam, em diferentes graus, relacionar o pensamento geográfico subjacente aos conceitos de espaço, território e ambiente para integrá-lo à temática da saúde. A Parte II – Territórios e Conflitos Ambientais: Dinâmicas Socioeconômicas e Implicações Sobre a Saúde, constitui-se de quatro artigos, cuja tônica básica é a reflexão sobre as condições de produção e reprodução social que condicionam a questão ambiental, a temática social e a situação de saúde. Finalmente a Parte III – Desafios Metodológicos, apresenta cinco artigos, que tratam de temas aplicados e estudos empíricos relativos a diferentes assuntos de interesse para as ligações entre território, ambiente e saúde. Conta, ainda, com prefácio de Ana Maria Testa Tambellini, que estrutura e sumariza de forma reflexiva e aguda as diferentes contribuições. A cargo dos organizadores, a apresentação destaca: “a organização social e política do espaço geográfico influi decisivamente no modo como os riscos à saúde são distribuídos entre diferentes grupos socioespaciais” (p.18). Essa é a premissa norteadora da obra.

Inaugura a Parte I o artigo “O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente”, de um grupo de autores: Maurício Monken, Paulo Peiter, Christovam Barcellos, Luisa Iñiguez Rojas, Marli B.M. de Albuquerque Navarro, Grácia Maria de Miranda Gondim e Renata Gracie. A revisão bibliográfica aborda diferentes concepções de território, suas possíveis articulações com o ambiente e aplicações no campo da saúde. Para os autores, o aumento do interesse pelo território estaria relacionado com o projeto de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a superação do tradicional viés político-administrativo.

Em “Problemas emergentes da saúde coletiva e a revalorização do espaço geográfico”, Christovam Barcellos aponta que essa revalorização se apoia em uma leitura renovada da epidemiologia, em estratégias territoriais e na regionalização de serviços e ações. A revisão histórica compreende a integração de ações alicerçadas no território e discute o papel dos

indicadores sociais e ambientais. O trabalho de campo é apresentado como ferramenta de diagnóstico e ação.

No terceiro artigo, “Espaço e saúde: uma (inter)ação provável nos processos de adoecimento e morte em populações”, de Grácia Maria de Miranda Gondim, um resgate histórico da saúde pública, evidencia o papel do espaço, em particular das intervenções técnicas sobre o ambiente físico para prevenção e controle de doenças. A análise de dados espaciais para ampliar o conhecimento e ações sobre mecanismos produtores de agravos à saúde e seus determinantes é considerada importante.

O texto de Luiz Jacintho da Silva intitula-se “Em defesa do território: quarentena e isolamento como medidas de proteção contra a introdução de doenças transmissíveis”. O autor inclui uma revisão histórica sobre medidas para impedir a introdução de doenças infecciosas graves numa cidade, região ou país. Constata que o ressurgimento de medidas restritivas visando à defesa sanitária é uma reação à vulnerabilidade do território ocasionada pela globalização.

O artigo “Ambiente e complexidade como tema integrador”, de Marli B.M. de Albuquerque Navarro, encerra a Parte I. Retoma as bases do grande projeto colonizador, que se apoiou na apropriação do território e dos espaços naturais. Uma revisão histórica abrange a degradação ambiental a partir das revoluções industriais e da urbanização. A autora julga que agravos às condições de saúde traduzem disparidades sociais e degradação ambiental, associadas ao desenvolvimento brasileiro.

A Parte II começa com o artigo “Sustentabilidade, território e justiça ambiental no Brasil”, de Henri Acselrad. O texto propõe-se a discutir a dimensão ambiental, territorial e social da concepção de desenvolvimento adotada no país. Apresenta uma revisão histórica e um sumário dos períodos de desenvolvimento e integração territorial, bem como uma análise crítica com ênfase na experiência brasileira recente, além de propostas de estratégias. Identifica dois tipos de território: o território do mercado, de elevada agressividade ambiental, e os territórios definidos pelas lutas sociais.

O sétimo artigo, de Joan Martínez-Alier, tem como título “Perfis metabólicos dos países e conflitos de distribuição ecológica”. Refere-se ao ‘metabolismo social’, que trata a economia como um organismo. Apresenta estudos sobre fluxos de material e energia, apropriação humana da produção primária líquida e indicadores físicos de insustentabilidade. Inclui figuras e gráficos e uma classificação de conflitos ecológicos em diferentes escalas. Diante de desigualdades existentes, propõe uma economia ecológica que possa cooperar com a ecologia política na análise dos conflitos de distribuição ecológica.

No artigo seguinte, “Entre a prevenção e a precaução: riscos complexos e incertos e as bases de uma nova ciência da sustentabilidade”, o autor, Marcelo Firpo de Souza Porto, sintetiza as etapas do desenvolvimento tecnológico e os exemplos de riscos associados. Apura que, em contextos de ignorância, riscos complexos e incertos representam desafios a decisões e, em casos específicos, podem suscitar reações da sociedade organizada.

O nono texto é “Pilhagens, ecossistemas e saúde”, de Jaime Breilh. Pretende “contribuir para a compreensão da encruzilhada atual, discutindo alguns problemas conceituais e lógicos, de cujo esclarecimento dependem, em boa parte, os juízos ... acerca do papel que devem desempenhar as ciências do ecossistema” (p.161). Aborda aspectos do novo modelo

de acumulação e da biodiversidade e sintetiza componentes e impactos de uma geopolítica imperial. Propõe uma ecologia crítica capaz de integrar história, espaço e tempo.

A Parte III começa com o décimo artigo, “Abordagens integradas para vigilância em saúde ambiental: a experiência da Chapada do Araripe”, de Lia Giraldo da Silva Augusto, Maria da Graça Farias Brasil e Guilherme Franco Netto. O texto revê a matriz FPEEEA (Força motriz, Pressão, Estado, Exposição, Efeito e Ação), utilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Exemplifica a aplicação da metodologia, que inclui listagem de problemas e indicadores, com o caso da produção do gesso. Observa que o processo ensejou a proposição de ações e que, devido a conflitos, a construção dos indicadores exigiu muitas negociações.

O artigo seguinte é “Geoprocessamento e participação social: ferramentas para vigilância ambiental em saúde”, de autoria de Roberta Argento Goldstein e Christovam Barcellos. Inclui uma revisão de abordagens participativas e a democratização das técnicas de geoprocessamento. Destaca como principal dificuldade a obtenção de dados num formato relevante para a comunidade.

O décimo segundo texto é “A vizinhança como contexto: resgate do nível ecológico na determinação de saúde e bem-estar”, de Simone M. Santos e Christovam Barcellos. A revisão bibliográfica inclui discussões sobre vizinhança e recortes territoriais, sistemas complexos e saúde pública, efeitos contextuais e medidas aplicadas. Propõe metodologias capazes de captar diferentes condições nos territórios.

O artigo seguinte é “O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização”, de Grácia Maria de Miranda Gondim, Maurício Monken, Luisa Iñiguez Rojas, Christovam Barcellos, Paulo Peiter, Marli B.M. de Albuquerque Navarro e Renata Gracie. Apresenta o distrito sanitário como unidade operacional mínima do sistema de saúde; os vários territórios do SUS; os territórios dos agentes de endemias; e desafios operacionais. Considera o setor saúde mais um ator na construção de ambientes saudáveis, com a participação dos atores locais, respeitadas as suas territorialidades.

O último artigo é “Doenças transmissíveis na faixa de fronteira amazônica: o caso da malária”, por Paulo Peiter, Lia Osório Machado e Luisa Iñiguez Rojas. O propósito “é analisar os efeitos do limite internacional na incidência da malária na faixa de fronteira internacional do Brasil no período 1999-2001” (p.257). A criteriosa análise inclui mapas elucidativos, gráficos e tabelas. Os autores observam que a distribuição espacial da malária relaciona-se com aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Diante do desafio exposto no início destes comentários, conclui-se que a obra foi bem-sucedida. Mostrou-se capaz de apresentar e discutir interpretações teóricas com vistas a uma interdisciplinaridade consistente; de incluir referências analíticas que incorporam, de forma crítica, o papel de processos hegemônicos e propõem bases de superação; e de reunir exemplos de aplicações que envolvem, de diferentes formas, a temática em questão – território, ambiente e saúde. Mais do que isso, evidencia-se uma preocupação com a relevância do conhecimento científico, que é considerado, como toda produção social, sujeito a conflitos, ambiguidades e incertezas; com o papel da dinâmica histórica e espacial na configuração de processos contemporâneos; e com o significado social de análises acadêmicas e políticas públicas de saúde.

Apesar dos numerosos aspectos positivos da obra, a própria natureza de uma resenha requer apontar lacunas. Assim, embora a apresentação tenha incluído uma articulação dos temas discutidos nos trabalhos, ao final ficou uma sensação de que um capítulo conclusivo poderia resgatar as contribuições, situar seus progressos e propor desdobramentos. Outro olhar sugere que, diante de uma realidade complexa e da urgência de políticas públicas condizentes com essa realidade, a oportuna valorização da cultura e dos laços sociais demanda o complemento de uma visão sistêmica. A necessidade concreta de trabalhar com limites administrativos e políticos em diferentes escalas pressupõe uma perspectiva integrada e complexa. Cabe acrescentar que a formação diversificada dos autores representa uma das forças da coletânea. Motivadora, informativa e crítica, a obra representa uma contribuição relevante para os estudiosos da temática da saúde ambiental e suas relações com o espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Hésio.
O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p,343-362. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312004000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 fev. 2010. 2004.

